

Formação de Educadores de EJA em Economia Solidária

Uma experiência em Mato Grosso

Rosângela Carneiro Góes¹, Antônio Marcos Passos de Mattos²

Resumo Este artigo apresenta um breve relato a respeito de uma experiência de formação para professores da Educação de Jovens e Adultos nas Redes Estadual e Municipal de Ensino de Cuiabá -MT. A experiência consiste em um curso de especialização chamado “EJA e Economia Solidária”, financiado pelo Ministério da Educação e realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso, no qual os autores participaram como professores. O relato dessa formação abrange os últimos 15 anos da oferta dessa modalidade no Mato Grosso, a começar pela experiência da Universidade Popular Comunitária – UPC, reconhecida como uma experiência de gestão na “educação formal”, radicalmente democrática. Essa característica promoveu, mais tarde, o encontro da EJA com a Economia Solidária, considerando as suas proximidades, à medida que a autogestão, princípio fundamental da Economia Solidária, possibilita a emancipação do ser humano, que é o maior objetivo da educação, em particular da EJA. O artigo perpassa pelas políticas da EJA no Estado, considerando as características dessa população e os problemas relativos a essa modalidade de ensino. Além disso, sugere práticas pedagógicas com vistas à superação das principais dificuldades, fazendo considerações sobre o Curso de Especialização de EJA e Economia Solidária. Sendo um texto breve, não tem o objetivo de esgotar a temática ou mesmo as experiências, mas sim de provocar outras iniciativas similares.

Palavras-chave EJA; Economia Solidária; Autogestão; Formação de Educadores.

Abstract This article presents the brief report about a training experience for educators working in Youth and Adult Education in the State of Mato Grosso and Municipal Teaching Networks of the capital, Cuiabá, whose authors participated as teachers of the specialization course “EJA and Solidary Economy”, funded by the Ministry of Education and conducted by the Federal University of Mato Grosso. The report of this training covers the last 15 years of the Modality in Mato Grosso, starting with the experience of the Community and Popular University - UPC, recognized as a management experience in “formal education”, radically democratic. This characteristic later promoted the meeting of the EJA with the Solidarity

-
- 1 Mestre em Educação pela UFMT, Professora da Educação Básica do município de Cuiabá, Assessora Pedagógica do Projeto Rede de Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste. rosagoes@gmail.com.
 - 2 Mestre em Educação pela UFMT, Professor da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e do município de Cuiabá, Educador voluntário do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste. ampmattos@gmail.com.

Economy, considering the proximity between the two, as self-management, a fundamental principle of the Solidarity Economy, makes possible the emancipation of the human being, the greater objective expected of education, in particular Of the EJA. The report goes through the policies of Youth and Adult Education - EJA in the State, dealing with characteristics of this population, problems related to this type of teaching, suggesting pedagogical practices capable of overcoming the main difficulties and ends with the Specialization Course on EJA and Economics Solidary. As well as the difficulties, victories and results obtained in these processes. Being a brief text is not intended to exhaust the theme or even the experiences, but to serve as a provocation to other similar initiatives.

Keywords EJA, Solidary Economy; Self-management; Educator Training.

Resumén En este artículo se presenta un breve informe acerca de una experiencia de formación para los educadores que trabajan en la educación de jóvenes y adultos en las redes estatales y el capital Municipal de Educación, Cuiaba, cuyos autores participaron como profesores del curso de especialización “EJA y Economía solidaridad”, financiado por el Ministerio de Educación y realizado por la Universidad Federal de Mato Grosso. El informe de esta formación abarca los últimos 15 años de modo de suministro en Mato Grosso, a partir de la experiencia de la Universidad Popular de la Comunidad - UPC, reconocida como una experiencia de gestión en la “educación formal”, radicalmente democrática. Esta característica, promovido más adelante en la reunión de la EJA a la economía solidaria, teniendo en cuenta la gran proximidad entre los dos, como la autogestión, principio fundamental de la economía solidaria, permite la emancipación de los seres humanos, objetivo más esperado de la educación, en particular, EJA. El informe se ejecuta a través de las políticas y Adultos y Educación Juvenil - EJA en el estado, trata de características de esta población, los problemas relacionados con este tipo de educación, lo que sugiere prácticas pedagógicas para superar las principales dificultades y termina con el curso de especialización de EJA y Economía solidaridad. Y los desafíos, las victorias y los resultados de estos procesos. Siendo un breve texto no pretende agotar el tema, o incluso la experiencia, sino para servir como un desafío a otras iniciativas similares.

Palabras clave EJA; La economía solidaria; La autogestión y formación del profesorado.

Introdução

Este artigo tem por objetivo relatar a experiência de formação de educadores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Mato Grosso, ao longo dos últimos 15 anos. Essa experiência teve como ápice um curso de especialização financiado pelo MEC e realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso, no qual atuamos como professores.

1 A Educação Pública em Mato Grosso e a Universidade Popular Comunitária

A Educação Pública no estado de Mato Grosso vem contribuindo de diversas formas com os avanços da educação brasileira, por meio da realização de projetos e da construção de políticas inovadoras, tais como: a proposta do Sistema Único de Educação; a Gestão Democrática; a Escola Ciclada; os Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (CEFAPROS); os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS); e o Exame Online – processo de certificação de conhecimentos da Educação de Jovens e Adultos nas etapas do ensino fundamental e médio, para aqueles que não conseguem conciliar trabalho e escola. Além disso, o Mato Grosso possui algumas experiências singulares no que diz respeito à autogestão³ na educação. Dentre elas, podemos citar a Escola Liberdade, que consiste em uma escola de Ensino Fundamental localizada em um bairro periférico de Cuiabá, onde a direção era colegiada e compartilhada por professores, servidores e pais, e a organização era decidida em assembleias com os alunos. Houve também a Universidade Popular Comunitária (UPC), que funcionou, segundo a proposta original, de 2001 à 2006. Ela foi criada oficialmente pela Lei Complementar Nº 097 de 16 de setembro de 2003, tendo como objetivo a oferta da Educação de Jovens e Adultos, priorizando pessoas acima de 25 anos de idade, da alfabetização à Pós-graduação, com estrutura multicampi. Ademais, a UPC incluía como proposta, a organização de arranjos produtivos locais. Representava um projeto muito desafiador, que teve como idealizador o Prof. Carlos Alberto Reyes Maldonado⁴. Os *campi* eram organizados com base em demandas levantadas nas Microrregionais⁵, que as encaminhavam ao Prefeito, à Secretaria de Educação e à Câmara de Vereadores. Eram realizadas assembleias nos bairros, para explicar a proposta, conferir a demanda, enfim, sensibilizar a comunidade acerca da importância da proposta.

3 Segundo Bordenave (1983), a autogestão representa o mais alto grau de participação existente.

4 Carlos Alberto Reyes Maldonado foi o primeiro Reitor da UNEMAT e um de seus fundadores, além de Secretário de Estado de Educação e Secretário de Educação de Cuiabá, entre outras coisas.

5 As Microrregionais podem ser entendidas como divisões geográficas do município com a finalidade de realizar melhor os diagnósticos das distintas regiões da cidade, com vistas ao melhor desenvolvimento das políticas públicas para Cuiabá.

O currículo da UPC foi construído com base na matrícula, considerando alguns dados do perfil dos alunos, entre os quais, seus saberes, desejos e sonhos. Tabulados, esses dados deram origem a alguns espaços de aprendizagens, como as Mesas e Oficinas⁶. Cada um desses espaços deveria gerar um produto. Por exemplo, em um campus havia muitas pessoas que trabalhavam na área da estética, então foi elaborada a Mesa “Belezura e Formosura”, que teve como produto a organização de um salão. Muitos dos integrantes trabalhavam em casa e, durante a entrevista de matrícula, ao serem perguntados sobre a profissão que exerciam, as mulheres, em particular, respondiam: “Nada, eu não trabalho, faço unha em casa”. Os conteúdos e componentes eram trabalhados com base na organização da Mesa e, dessa forma, adequavam-se aos saberes necessários para o exercício da profissão. No caso da Mesa “Belezura e Formosura”, as disciplinas abordadas eram biologia, química e matemática, já que a atividade envolve corpo, tinturas, preços, etc.

Por outro lado, as Oficinas tinham como foco não os conteúdos curriculares, mas sim os saberes locais. Houve uma oficina sobre plantas medicinais e também sobre aquelas que geravam produtos, como a horta, pomadas, tinturas, etc. Os professores criaram uma nova carreira, a de Artisentes⁷, e os alunos, a de Coartisentes⁸, haja vista que tínhamos um regime de trabalho diferenciado, da gestão à limpeza do espaço. As tarefas eram distribuídas em comissões compostas de artisentes e coartisentes.

Se nos alongamos na explicação é porque um dos grandes desafios da educação consiste em formar sujeitos autônomos, e não há autonomia sem que haja independência econômica. O grande desafio da formação em Economia Solidária é o de educar as pessoas para a autogestão. Como um professor que está subordinado à direção e que nunca constituiu ou viveu um empreendimento autogestionado e seus desafios pode, de fato, realizar essa educação? É por esse motivo que consideramos essa experi-

6 As Mesas são espaços organizados com base nas competências profissionais dos coartisentes e as Oficinas são espaços organizados a partir das suas habilidades, em que assumem o papel de artisentes. Definições presentes nas notas subsequentes, PDI/UPC (2004.)

7 Artisente – profissionais com habilidades e saberes adquiridos pelo estudo e/ou pela prática que exercitam uma memória coletiva de ser e de agir na qual o fazer da arte e da indústria os levam a uma prática de criação permanente de procedimento e sentidos. Profissionais da arte de ser. Profissão criada através da lei Municipal Nº 4.601, publicada na Gazeta Municipal de 08 de Julho de 2004. Plural artisentes.

8 Coartisente – pessoa que, por disposição própria, principia-se nas atividades caracterizadoras, dos afazeres de artisentes, recebendo e repassando saberes, atuando como artífice, auxiliares. Coartisente é aquele que faz com, compartilha com o artisente, o fazer, o sentir, a vida.

ência como fundamental e, dessa forma, ela foi realizada junto ao Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste (CFES/CO) e, mais tarde, com os educadores e trabalhadores de empreendimentos solidários, junto à Secretaria de Educação do Mato Grosso (SEDUC/MT), na formação de professores dos CEJAS e CEFAPROS e em parceria com as instituições formadoras: Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Instituto Federal do Mato Grosso e Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT).

Na UPC tínhamos, também, um espaço para refletir sobre o nosso fazer pedagógico, estudar, avaliar e planejar, denominado de “Saberências”. No começo, a Saberência era um espaço do Artisentis, mas os Coartisentis logo reivindicaram o direito à participação. A participação dos Coartisentis foi considerada coerente e justa, pois aquele espaço era para avaliar e planejar, entre outras coisas, o que seria desenvolvido. Assim, o nosso processo de formação de artisentis ocorreu em diálogo com a formação dos coartisentis. A maioria de nós se integrou, também, a um grupo de pesquisa em uma universidade, a maioria na UFMT. Mas, mesmo nesses espaços, nossos alunos sempre estiveram presentes e apresentaram trabalhos, mais de uma vez, no Seminário Anual de Educação da UFMT (SEMIEDU). Ademais, eles participaram de outros eventos educativos, porque todos nós entendíamos que a Universidade é o lugar da Educação tanto de Jovens quanto de Adultos e é lá que estariam se tivessem tido a oportunidade de escolarização na infância e juventude e também por se compreenderem como sujeitos de conhecimentos.

Uma das coisas que mais nos chamou a atenção nessa experiência educativa foi o brilho nos olhos, o sorriso, a alegria de nossos coartisentes e a nossa própria. Era sempre festa. Uma festa bonita de quem aprende, vive e partilha. Tivemos muitos conflitos entre nós, pois a vivência da autogestão é, de fato, um grande desafio. Mas, ainda assim, a alegria estava presente.

Com a mudança da gestão municipal na época, teve início o desmonte da UPC. Artisentis e Coartisentis se organizaram e foram à luta. Realizaram assembleias, audiências na Câmara, na Assembleia, Câmara Federal, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Estado de Educação, Ministério da Educação, Organização de Advogados do Brasil, Ministério Público, etc. Além disso, organizamos o Movimento de Causação Cidadã. Enfim, foi uma luta.

Tivemos muitos frutos dessa experiência. Os primeiros foram o término do ensino médio das turmas iniciais, que protagonizaram alguns arranjos produtivos, como a fabricação de doces, fitoterápicos e a participação na criação de Políticas Públicas no Estado.

Do ponto de vista da contribuição na Política da Educação de Jovens e Adultos, o Movimento de Causação Cidadã resultou no levantamento censitário da escolarização de adultos em MT. Sabemos que, na organização dos CEJAS, algumas das orientações são, também, oriundas da experiência da UPC e resultado do levantamento que fizemos em conjunto com outras organizações da sociedade civil e com o Ministério Público. Muitos artesantes concluíram seu mestrado e doutorado, assim como vários coartisantes ingressaram no ensino superior e alguns, inclusive, já concluíram a pós-graduação ou estão cursando.

Em 2003, houve a Criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) uma organização do Movimento de Economia Solidária, por meio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e do Fórum Estadual de Economia Solidária de Mato Grosso. Nesse processo, participamos da sistematização de várias experiências de Educação em Economia Solidária, por intermédio do Grupo de Trabalho de Formação do FBES. Essas experiências resultaram na organização do Projeto dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES). No nosso caso, tanto do CFES Centro-Oeste quanto nos demais, incluindo o CFES Nacional, foram organizadas três Conferências Nacionais, abrangendo as Estaduais, e duas Conferências Temáticas de Educação e Assessoramento Técnico. A Recomendação N° 8 do Conselho Nacional de Economia Solidária⁹ conceitua, com base nas deliberações da II Conferência Nacional (2012), a Educação em Economia Solidária como

uma construção social que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória da formação dos sujeitos e da sociedade. (BRASIL, 2012, p. 5)

9 SENAES/CNES/MTE. Diretrizes Políticas Metodológicas Para Educação em Economia Solidária. Recomendação N° 08, de 04 de julho de 2012.

Desde o início do Projeto CFES, em 2009, nossa experiência de Formação incluía a formação de trabalhadores em economia solidária, que atuam em empreendimentos e na formação dos trabalhadores da educação, em especial, da Educação do Campo e de Jovens e Adultos. Em Mato Grosso, destaca-se o trabalho feito com o Fórum Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos (FPDEJA) e o acompanhamento de alguns CEJAS. Esse trabalho contribui para o levantamento dos desafios e possibilidades da Educação em Economia Solidária no “chão da escola”. Junto aos professores dos CEJAS, buscávamos soluções para o envolvimento dos alunos nos Centros e para garantir sua permanência na escola e, por consequência, a continuidade dos seus estudos.

Os Centros de EJA têm sua organização curricular realizada, prioritariamente, por área de conhecimento e por carga horária. Isso se dá para atender a algumas particularidades, como no caso daqueles que, por condições de vida e/ou de trabalho, não podem frequentar regularmente as aulas. Além disso, os CEJAS ofertam, ainda, o espaço das oficinas, onde são desenvolvidas atividades culturais e/ou que possam gerar trabalho e renda, um dos motivos da Economia Solidária estar presente nas Orientações Curriculares para o estado de Mato Grosso¹⁰. Entretanto, por falta de maior conhecimento, de formação inicial e também de formação continuada, na maioria das vezes, essas atividades estão desvinculadas das disciplinas, tornando-se apêndices.

A oferta de cursos é trimestral, exceto pela alfabetização que é docência e, portanto, anual. Assim, a cada trimestre se encerra um ciclo de aprendizagem. Muitas vezes, em decorrência das necessidades cotidianas de trabalho e família, o aluno pode cursar mais que uma área de conhecimento por trimestre, mas o contrário também ocorre quando, por situações diversas, o aluno não consegue cursar todas as áreas de conhecimento previstas ao longo do ano. Embora esse aluno possa realizar aproveitamento de estudos, ao haver a redução das turmas, há implicações nos contratos dos professores e no estabelecimento do vínculo entre professor e aluno.

Tanto nos CEJAS quanto na UPC, uma das dificuldades existentes era a formação dos educadores para o trabalho com adultos. Faltava um processo de formação continuada, uma vez que na formação inicial (licenciaturas e bacharelados) não há uma disciplina que contemple as diversidades educacionais.

10 SEDUC MT. Orientações Curriculares – Diversidades Educacionais. Editora Defanti, 2010. Pág. 228.

É comum, nesses momentos, retomarmos as falas de diferentes teóricos. Em especial, retomamos as de Freire para afirmar que devemos partir da realidade e problematizá-la. Mas, para o educador há sempre a pergunta: “Como faço isso no meu cotidiano?”

2 O curso de pós-graduação “Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária”

Foi com essa base teórica e, sobretudo, prática, que iniciamos em 2012, com a Prof.^a Dr.^a Márcia Ferreira, professora do Instituto de Educação da UFMT, a discussão de um projeto para um curso de Especialização em Economia Solidária, demanda levantada a partir do PDI interativo. Como a professora Márcia assumiu em seguida a coordenação do curso de Pós-Graduação do Instituto de Educação da UFMT, o Prof. Dr. Delarim Martins Gomes e a Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Martins da Silva assumiram a coordenação do Curso, que teve seu início em novembro de 2013 e o término em maio de 2015. O curso teve como objetivo geral:

desenvolver ações político-pedagógicas que contribuíssem para articular saberes e práticas de Educação de Jovens e Adultos e de Economia Solidária. A escolha do trabalho associado, como centro constitutivo desta proposta de curso, busca fortalecer a interação entre EJA e Economia Solidária no âmbito do currículo escolar e das relações entre escola e comunidade. (GOMES; SILVA, 2013, p.9).

Ficamos responsáveis pelas disciplinas “EJA e Mundo do Trabalho I” e “EJA e Mundo do Trabalho II”. Tivemos demanda de alunos de todo o estado para o curso, superando 200 inscrições. Inicialmente, o curso foi proposto para ser a distância (EAD) e ofertado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). Posteriormente, considerando que foi o primeiro a ser organizado sobre essa temática no País, a coordenação, em diálogo com MEC, optou por um curso presencial. Foram organizadas duas turmas, uma com professores da Rede Estadual de Ensino e outra com professores da Rede Municipal de Cuiabá.

A disciplina “EJA e Mundo do Trabalho I” discutiu as diferentes possibilidades de organização do trabalho ao longo da história, inclusive das

formas de trabalho associado. Estudamos também, o Movimento de Economia Solidária no Brasil, seus princípios, eixos e, em especial, a Educação em Economia Solidária. As turmas organizaram grupos de Cogestão: coordenação, memória, animação e mística, avaliação e infraestrutura. Esses grupos foram muito importantes na realização do curso como um todo. As aulas eram quinzenais, nas sextas à noite e sábado o dia inteiro. Como os alunos dos cursos de especialização não são considerados alunos regulares da universidade, não tinham acesso ao Restaurante Universitário e outros equipamentos ou serviços da Universidade. O curso não previa bolsas, então a auto-organização dos estudantes auxiliou nas negociações com as Secretarias, em especial, a SEDUC, de onde vinham os alunos que residiam em municípios mais distantes e com maiores gastos. Alguns alunos do interior do Estado, como do município de Matupá, distante 683 Km de Cuiabá, tentaram fazer o curso, mas não conseguiram manter as despesas e o cansaço. Ainda assim, tivemos uma aluna do Município de Barra do Garças que concluiu o curso, distante 521 Km da capital. A auto-organização dos estudantes possibilitou, também, a organização de lanches, caronas e hospedagem solidárias, diminuindo as despesas e criando vínculos.

O índice de evasão foi muito baixo, sobretudo se comparado a outros cursos de especialização da própria Universidade, segundo depoimentos dos professores coordenadores, Delarim e Graça, com base em outras experiências de coordenação.

Na disciplina “EJA e Mundo do Trabalho I” os alunos realizaram uma prática formativa no seu local de trabalho. No caso da turma da Rede Estadual, como a organização curricular era por área de conhecimento, os professores planejaram as atividades dessa forma. No caso da Rede Municipal, em que a organização curricular é interdisciplinar, tivemos, em geral, mais do que um professor por escola e vários técnicos da SME. O planejamento foi por unidade escolar e os técnicos se distribuíram entre essas unidades, para acompanhar e mediar as relações institucionais. Em ambas as abordagens o resultado foi bom.

Na Rede Estadual, a discussão sobre Economia Solidária está mais sedimentada, embora, como já foi dito, muitas vezes ela não se integre na abordagem curricular. Então, essas práticas, nas diferentes áreas do conhecimento, trouxeram uma nova perspectiva, pois as atividades de economia solidária, como a produção de alimentos, os produtos de limpeza, de artesanato, a organização de um jornal mural, com a oferta de pro-

duto e serviços, feiras de troca, organização de fundos rotativos e as discussões sobre o trabalho associado, não se constituíam em trabalho a mais. Muito pelo contrário, facilitavam a compreensão de conteúdos considerados difíceis, como os estudos de química realizados a partir da confecção de sabão, ou de um bolo, que tornam de fácil compreensão o entendimento de uma reação química. São conteúdos pertinentes à Educação de Jovens e Adultos, sendo que algumas dessas práticas trouxeram impacto imediato à economia dos alunos de EJA e, também, contribuíram, segundo relatos dos educadores, para a permanência deles na escola. Ao final da disciplina, cada educador da turma da Rede Estadual apresentou um relato da prática. Na Rede Municipal, esse relato foi organizado por unidade escolar.

A disciplina “EJA e Mundo do Trabalho II” se concentrou na Educação de Jovens e Adultos, sem perder a conexão com o mundo do trabalho, em especial com a Economia Solidária. O trabalho, nessa ótica, não se reduz ao emprego, mas diz respeito a toda ação humana necessária para prover a sua existência. Refletiu-se também sobre o próprio trabalho como paradoxo na EJA, à medida que ele é responsável tanto por trazer os estudantes para a escola quanto retirá-los dela. Além disso, foi discutido que a evasão escolar é entendida por alguns estudiosos da atualidade como uma movimentação ou mobilidade pertinente a esse público.

Assim, procurou-se demonstrar por meio do diálogo com ambas as turmas e da prática docente, que o professor, com uma ou outra exceção, também se iguala ao aluno no sentido de estar em seu terceiro turno de trabalho. Como afirmou o ex-secretário de Educação Ságuas Moraes, muitas vezes o professor ia cansado ministrar aulas, com sono e fome, sendo que a escola só podia ajudar com este último aspecto, tendo em vista a garantia da merenda escolar pelo Estado.

A metodologia da disciplina procurou pôr em prática os princípios da Educação Popular, pautados prioritariamente pelo diálogo e pela condição de se aprender a todo o tempo, em qualquer lugar, de forma intencional ou desinteressada, formal, ou não formal. Dessa forma, colocaram-se esses princípios em prática, ao longo do módulo, sempre enfatizando que a metodologia em curso buscava permanentemente a coerência entre a teoria dialogada e a prática empregada.

Destacaram-se, ainda, os eixos norteadores do currículo da EJA, isto é, do trabalho como princípio educativo, do direito de aprender por toda a vida, da ampliação das práticas de cidadania, à medida que se democratiza

o acesso à educação e, por último, mas tão importante quanto os demais, o da educação dialógica. Esses eixos foram apontados como condição básica para estreitar o currículo às necessidades dos estudantes, possibilitando, desse modo, que ele seja significativo para eles.

Foram bastante discutidas outras possíveis causas de evasão dos alunos da EJA, tomando-se por referência a prática pedagógica e a metodologia dos próprios professores, ponderando que, na maioria das vezes, uma causa isolada geralmente não afasta o aluno da escola. E isso porque as causas são muitas e variadas, mas a experiência e os estudos sobre o tema têm demonstrado que talvez a principal causa de evasão seja as relações estabelecidas na escola entre as pessoas: com o professor, o colega, o técnico administrativo, o vigilante, etc. Qualquer pessoa – adulto, idoso, jovem –, quando decide regressar à escola, tem a expectativa de uma atenção maior do que a de uma criança. Uma ação comum e que não melhora essa situação é encher as salas de aula, já apostando nessa eventual evasão. Nesse sentido, o acolhimento e o respeito em uma escola que trabalha com a modalidade EJA é fundamental para a permanência do estudante na escola.

Poderíamos enumerar outras questões importantes para conter a evasão ou mobilidade dos alunos, como a ambiência, que é condição essencial ao sentimento de pertença dos estudantes em relação à escola, situação existente nos CEJAS e ausente na maioria das escolas de EJA. Isso porque o estudante dessa modalidade tem um sentimento de que a escola é do filho, do sobrinho, do neto, da criança do vizinho, mas raramente sua. Esse sentimento é discutido e conceituado por Freire (1993) como a ideologia de interdição do corpo¹¹.

Nesse sentido, outro aspecto trabalhado no curso e muito importante foi o destaque que a ECOSOL dá às relações, sejam das pessoas com o ambiente, ou das pessoas consigo mesmas. Dessa forma, é necessário estabelecer um forte vínculo entre a Educação de Adultos e Economia Solidária, haja vista que a prática de “novas” relações pode contribuir estratégica e significativamente para a redução da evasão na EJA à medida que o adulto seja respeitado, tenha sua estima elevada, sinta-se acolhido e bem quisto se não por todos, pela maioria e, principalmente, na relação dele com o professor ou outro profissional qualquer da escola. Esse “cui-

11 Segundo Freire, essa ideologia é “a que explica o fenômeno da não ocupação do espaço privilegiado da escola pela inferioridade intrínseca, pela incompetência de quem não os ocupa, camufla, como faz todo discurso dominante, porque é a voz da classe dominante, as verdadeiras razões das interdições”.

dado” também pode contribuir para evitar outra causa de evasão, que é a falta de identidade entre o professor e a Modalidade. Entendemos que esses módulos, aliados aos demais módulos do curso, possibilitam o desenvolvimento de outras práticas nas salas de aulas da EJA, independente de onde os alunos estejam e de quem eles são.

É importante enfatizar que as outras disciplinas contribuíram igualmente com o sucesso do curso¹², bem como o apoio e o compromisso da coordenação.

Resultados obtidos

O Curso de Especialização em Educação de Adultos e Economia Solidária teve como objetivo possibilitar aos educadores de EJA de Mato Grosso um processo formativo em Economia Solidária, suprimindo as necessidades desses profissionais na compreensão de sua atuação na EJA. Essa atuação é diferenciada da atuação da educação escolar, tendo em vista o entendimento que o mundo do trabalho é inerente ao adulto e que discuti-lo é diferente de formar para o mercado ou para o emprego.

O curso teve como resultado dois livros organizados com base nos artigos produzidos pelos alunos, um com as produções dos educadores da Rede Estadual, outro com as produções dos educadores da Rede Municipal de Cuiabá. E, além disso, a equipe responsável pela EJA na SME nos informou que o currículo será reformulado para incluir a Economia Solidária e que ela também estará presente, a partir de 2016, na Educação do Campo. Entretanto, ainda falta um processo de formação que atenda aos profissionais da EJA. Não falta interesse por parte desses profissionais, como ficou demonstrado em diversas situações ao longo dessa experiência.

Referências

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

12 O curso teve a seguinte organização: 1- Introdução ao AVA; 2- Sujeitos na Educação de Jovens e Adultos; 3- EJA na diversidade e cidadania; 3- EJA e o Mundo do trabalho I; 4- EJA e Mundo do Trabalho II; 5 – EJA e Empreendimentos Econômicos Solidários; 6 – Práticas em Economia Solidária; 7 - Pesquisa em Economia Solidária; 8- Produção de artigo acadêmico.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**. Governo Federal, Brasília, 2006.

_____. Conselho Nacional de Economia Solidária. . **Diretrizes políticas metodológicas para educação em economia solidária**. Recomendação Nº 08, de 04 de julho de 2012. Brasília, Governo Federal, 2012.

_____. Pelo Direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável. II Congresso Nacional de Economia Solidária. **Documento Básico Nacional Sistematizado**. Governo Federal, Brasília, 2010.

_____. II Congresso Nacional de Economia Solidária. Caderno Temático: Formação, Finanças Solidárias, Etnodesenvolvimento, Comercialização, Cooperativismo Solidário. SME de Cuiabá. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Popular Comunitária**. Cuiabá, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

GOMES, D. M.; SILVA, M. das G. M. **Projeto do curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária**. Cuiabá: UFMT/IE, 2013.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer. **Orientações curriculares das diversidades educacionais**. Cuiabá: Editora Deffanti, 2012.